Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

Portaria

Portaria 7347/2024, de 02/12/2024

Dispensa Assessor Administrativo da SMED.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAÍ, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 58 da Lei Orgânica do Município, e por solicitação do Processo nº 158.560/2024,

R E S O L V E:

Dispensar o servidor municipal VALDOMIRO CESAR SILVA DA ROSA, matrícula nº 18257-1, da Função Gratificada de Assessor Administrativo, FG-1, da Secretaria Municipal da Educação, a contar de 02 de dezembro de 2024, designado por meio da Portaria nº 1.563/2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 02 de dezembro de 2024.

LUIZ ZAFFALON,
Prefeito Municipal.

Decreto

Decreto 22410/2024, de 04/12/2024

Retifica o art. 1º do Decreto nº 22.223/2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAÍ, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso IV do artigo 58 da Lei Orgânica do Município,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica retificado o art. 1º do Decreto nº 22.223, de 15 de outubro de 2024, que passa a viger com a seguinte redação:

Art. 1º Fica designado o servidor MAURO GRECO, matrícula nº 5142-2, para o cargo em comissão de Assessor Especial de Gabinete, CC 08, do Gabinete do Prefeito, criado pela Lei nº 4.480/2022, optando o servidor pela remuneração do cargo em comissão, conforme § 1º do artigo 86 da Lei nº 681/91, ***sendo dispensado das designações feitas pelos Decretos nº 21.504/2024 e nº 21.505/2024.***

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

LUIZ ZAFFALON,
Prefeito Municipal.

Registre-se e publique-se.

GUSTAVO CAVALHEIRO,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Lei

Lei 4849/2024, de 04/12/2024

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2025.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAÍ.
FAÇO SABER, em cumprimento ao artigo 58, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Gravataí, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, no art. 89, § 7º da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2025, compreendendo:

I - as metas e as prioridades da administração municipal;
II - a organização e estrutura do orçamento;
III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
VII - as disposições gerais.

Parágrafo único. Integram esta lei os seguintes anexos:

I – Anexo I, de metas fiscais, composto dos demonstrativos:

a) das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;
b) da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2023;
c) das metas fiscais previstas para 2025, 2026 e 2027, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2022, 2023 e 2024;
d) da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
e) da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
f) da avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos Municipais, de acordo com o art. 4º, § 2º, inciso IV, da Lei Complementar nº 101/2000;
g) da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;
h) da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado (DOCC), conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000, cujo resultado é meramente indicativo de alerta para a criação de novas DOCC, ou da existência de espaço fiscal para a criação de novas despesas.

II – Anexo II, de Riscos Fiscais e providências, contendo a avaliação dos riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000.
III – Anexo III, de caráter informativo e não normativo, contemplando o detalhamento dos Programas e Ações previstas no Plano Plurianual, com execução prevista para próximo exercício, o qual deverá servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizado pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.
IV – Anexo IV, informando as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, em cumprimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

CAPÍTULO II
DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a obtenção da meta de déficit primário consolidado, de R$ 19.729.570,64 (dezenove milhões, setecentos e vinte e nove mil, quinhentos e setenta reais e sessenta e quatro centavos), conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo I a esta Lei.
§ 1º Para fins da demonstração da compatibilidade referida no caput, a meta de resultado primário poderá ser ajustada quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata a alínea “a” do inciso I do parágrafo único do art. 1º desta Lei deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3º Sem prejuízo do disposto no art. 65, II, da Lei Complementar nº 101/2000, em caso de frustração da arrecadação das receitas que são objeto das transferências previstas nos arts. 158, 159 e 212-A da Constituição Federal, admite-se tolerância de até 20% (vinte por cento) como limite inferior em relação a meta de resultado primário.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores da arrecadação acumulada do exercício, em comparação com igual período do ano anterior.

§ 5º para efeitos da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, a meta alcançada será comparada com a meta ajustada ao limite de tolerância previsto no §3º deste artigo.

Art. 3º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2025 relacionadas com a execução de programas e ações orçamentárias estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2022/2025 - Lei nº 4.341/2021, de 10/08/2021, e suas alterações estão especificadas no Anexo III desta Lei.

§ 1º As metas e prioridades de que trata o caput, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas até a data do encaminhamento da proposta orçamentária ao Poder Legislativo, se surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo 1º, as alterações do Anexo III serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

Art. 4º Na lei de orçamento, a despesa será discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação orçamentária e natureza de despesa, detalhada até o nível de elemento.

§ 1º O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 2º O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional e sua classificação atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria nº 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações.

§ 4º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa são aqueles dispostos na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.

§ 5º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

§6º Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no inciso V do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

Art. 5º Independentemente da natureza da despesa correspondente, classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencer as ações correspondentes.

Parágrafo único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, que demandem emissão de empenho, serão executadas nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Município, devendo a correspondente execução ser registrada no sistema Integrado de execução orçamentária e financeira a que se refere o art. 48, § 6º, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 85 e seguintes da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Parágrafo único. Integrarão a Proposta Orçamentária e a respectiva Lei Orçamentária, além dos quadros exigidos pela legislação federal:

I - discriminação da legislação básica da receita e da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social;
II – demonstrativo da evolução da receita, por origem, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000;
III – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;
IV – quadro que evidencie, em colunas distintas, as receitas por origem e as despesas por grupo de natureza de despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;
V - demonstrativo da receita por origem (2º nível de detalhamento) e planos de aplicação das despesas dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;
VI – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com a meta de resultado primário, observando-se, quando cabível, o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei;
VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, conforme metodologia de cálculo prevista na Instrução Normativa nº 13/2022, do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente;
VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, nos termos da Lei Federal nº 9.394/1996, inclusive os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) de que trata a Lei Federal nº 14.113/2020;
IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012;
X - demonstrativo dos instrumentos de programação a serem financiados com recursos de operações de crédito realizadas e a realizar;
XI - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 13 desta Lei.

Art. 8º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o próximo exercício, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida;
II - resumo da política econômica e social do Governo;
III – memória de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, observando-se, no que couber, ao disposto nos arts. 22, I, 39 e 30 da Lei Federal nº 4.320/1964 e no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.
IV - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do seu estoque nos últimos três anos, a situação provável no final de 2024 e a previsão para o exercício de 2025;
V - relação dos precatórios a serem cumpridos com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;
VI – relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas pelo Executivo na forma estabelecida pelo art. 12 desta Lei, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, com destaque para os valores correspondentes às priorizações.

Art. 9º Deverão ser discriminadas em ações orçamentárias específicas as dotações destinadas:
I - às ações de alimentação escolar;
II - às ações de transporte escolar;
III - à concessão de subvenções econômicas e subsídios a pessoas físicas e jurídicas com finalidade lucrativa;
IV – à concessão de subvenções sociais, contribuições correntes, contribuições de capital e auxílios a entidades privadas sem fins lucrativos;

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

V – à transferência de recursos para Consórcios Públicos em decorrência de contrato de rateio;
VI - ao pagamento de sentenças judiciais;
VII - às despesas com publicidade institucional;
VIII – às despesas com amortização, juros e encargos da dívida pública;
IX - ao pagamento de benefícios do Regime Próprio de Previdência Social;
X – ao custeio, pelo Município, de despesas de competência de outros entes da Federação, observado o disposto no art. 57 desta Lei.

Art.10. A Reserva de Contingência para fins de atendimento dos riscos fiscais especificados no Anexo II desta Lei será constituída com recursos não vinculados, e será fixada em, no mínimo, 4,65 % (quatro inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º Para fins de utilização dos recursos a que se refere o caput, considera-se como evento fiscal imprevisto, a que se refere a alínea “b” do inciso III do caput do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária.

§ 2º A Reserva de Contingência da Unidade Gestora do Regime Próprio de Previdência Social será constituída dos recursos que corresponderão à previsão de seu superávit orçamentário e somente poderá ser utilizada para a cobertura de créditos adicionais do próprio regime.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I
Das Diretrizes Gerais

Art. 11. Os órgãos da Administração Indireta e o Poder Legislativo encaminharão à Secretaria de Fazenda, Planejamento e Orçamento, até 30 de setembro de 2024, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

Parágrafo único. O prazo estabelecido no caput também se aplica ao respectivo conselho, em relação às deliberações que, por força de norma legal, devem efetuar em relação às propostas de aplicação dos recursos vinculados:

I - ao Fundo Municipal de Saúde - FMS;
II – ao Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
III – ao fundo Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente - FMDCA;
IV – ao Fundo Municipal do Idoso – FM Idoso;
V – ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e
VI – ao Regime Próprio de Previdência Social;

Art. 12. A elaboração, a aprovação e execução do orçamento obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Legislativo organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

§ 2º Se por questões de saúde pública devidamente regulamentadas houver medida restritiva à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo poderão ser realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Art. 13. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2025.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará a disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para próximo exercício, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Para fins da fixação da despesa orçamentária da Câmara Municipal, observado os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 13/2022 do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente, considerar-se-á a receita arrecadada até mês de junho, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 14. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão destinadas dotações para novos projetos para investimentos se:
I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do Anexo IV desta Lei;
II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao início ou continuidade de investimentos programados com recursos oriundos de transferências voluntárias, de operações de crédito ou de alienação de bens, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 15. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando forem exigíveis, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, entendem-se como despesas irrelevantes aquelas cujo valor no exercício financeiro de 2025, em cada evento de contratação, não ultrapasse o limite estabelecido para dispensa de licitação de que trata o art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento de admissão, não exceda a 30 (trinta) vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 16. No caso de aumento de despesas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, que não se enquadrem como de caráter irrelevante nos termos do art. 15 desta Lei, deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - se for obrigatória de caráter continuado, atender ao disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e estar acompanhada de medidas de compensação, no exercício em que entre em vigor e nos dois exercícios subsequentes, por meio de:

a) aumento de receita, proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição; ou
b) redução permanente de despesas.

II - se não for obrigatória de caráter continuado, cumprir os requisitos previstos no art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, dispensada a apresentação de medida compensatória.

Parágrafo único. No caso de criação ou aumentos de despesas decorrentes de ações destinadas ao combate de situação de calamidade pública, aplicam-se, no que couber, as disposições do art. 65, § 1º, III, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 17. O controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal deverá ser orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 1º Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

§ 2º Caberá À Secretaria de Fazenda, Planejamento e Orçamento organizar a formação de Grupos Setoriais de Custos, oportunizando o acesso a treinamentos, reuniões técnicas e outros eventos a serem realizados com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de custos na Administração Pública Municipal.

Seção II
Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 18. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:
I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
II – das receitas vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais;
III –das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no caput deste artigo;
IV –de aportes de recursos do Orçamento Fiscal.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no inciso IV do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Seção III
Da programação financeira e limitação de empenhos

Art. 19. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados no Balanço Patrimonial do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no caput deste artigo e os que o modificarem conterá:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário acima da linha, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000;
II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;
III - cronograma de desembolso mensal de despesas, por órgão e unidade orçamentária.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 20. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas fiscais, e observado o disposto no §2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, adotarão, no âmbito das respectivas competências, a limitação de empenhos e movimentação financeira observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;
II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;
III – aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto daqueles com características de essencialidade;
IV - dotação para materiais de consumo e serviços de terceiros das diversas atividades;
V - diárias de viagem;
VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;
VII – despesas com publicidade institucional;
VIII - horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2023, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;
III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e
IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 22 desta Lei.

§ 3º o montante da limitação a ser promovida pelos Poderes Executivo e Legislativo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um no conjunto das dotações orçamentárias iniciais, excluídas as dotações das despesas ressalvadas de limitação de empenho, na forma prevista no § 2º deste artigo.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo, com base na informação a que se refere o § 3º, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Sem prejuízo das disposições do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000, na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação.

Art. 21. Observado o disposto no § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal e o cronograma referido no § 2º do art. 19 desta Lei, o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo será repassado até o dia 25 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no caput deste artigo.

§ 2º Para fins do disposto no § 2º do art. 168 da Constituição Federal, até o último dia útil do exercício, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 3º O eventual saldo que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2025.

Art. 22. As dotações dos projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentadas se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, o ingresso no fluxo de caixa será considerado garantido a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos que impliquem aumento dos valores a serem transferidos, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da vinculação, na forma estabelecida pelo parágrafo único do art. 8º, da Lei Complementar nº 101/2000.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

Art. 23. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

Parágrafo único. Os valores constantes no Projeto de Lei Orçamentária de 2024 poderão ser utilizados, até a sanção da respectiva Lei, para demonstrar a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

Art. 24. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

§ 1º No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

§ 2º Sem prejuízo do disposto no caput, a inscrição ou a manutenção dos restos a pagar processados e não processados subordinam-se às regras definidas na Instrução Normativa nº 13/2022, do Tribunal de Contas ou norma que lhe for superveniente.

Art. 25. As metas de receitas e despesas programadas para cada quadrimestre nos termos do art. 19 desta Lei serão objeto de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos.

§ 1º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no caput.

§ 2º Se por questões de saúde pública devidamente regulamentadas houver medida restritiva à circulação e reunião de pessoas, as audiências públicas de que trata este artigo poderão ser realizadas de forma virtual, mediante o uso de tecnologias que permitam a participação de qualquer interessado.

Seção IV
Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 26. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais será realizada por fonte de recursos, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Os recursos alocados na Lei Orçamentária para pagamento de precatórios ou de requisições de pequeno valor somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 3º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4º Nos casos de abertura de créditos suplementares e especiais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2024, por fonte de recursos;
II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2025;
III – valores do superávit já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;
IV – saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

§ 5º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§6º Os créditos adicionais serão abertos conforme detalhamento constante no art. 4.º desta Lei.

Art. 27. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados pela Lei Orçamentária Anual, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 28. Quando necessária, a reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada por ato do Poder Executivo.

Parágrafo único. A codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias.

Art. 29. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária Anual e em créditos adicionais, mantida a estrutura programática, conforme as definições do art. 4º desta Lei.

§ 1º Para fins do disposto no caput, considera-se:

I – Transposições: deslocamento de dotações orçamentárias entre programas de trabalho alocados dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária;
II – Remanejamentos: deslocamento de dotações orçamentárias de um órgão para outro ou de uma unidade orçamentária para outra, em decorrência de alterações na estrutura administrativa por meio da criação, extinção, cisão ou fusão de unidades administrativas da administração direta ou de órgãos da administração indireta.
III – Transferências: deslocamento de dotações de despesas correntes para despesas de capital, ou vice-versa, dentro do mesmo órgão ou unidade orçamentária e do mesmo programa de governo.

§ 2º As transposições, transferências ou remanejamentos deverão ser destinados a categoria de programação já existente e não poderão resultar em alteração do total da despesa autorizada na Lei Orçamentária, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação por funções e subfunções.

Art. 30. Não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos e das modalidades de aplicação da despesa aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Parágrafo único. O disposto no caput também se aplica no caso de ajustes na codificação orçamentária, decorrentes da necessidade de adequação à classificação vigente, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Seção V
Da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 31. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2024, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no caput deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, cumprimento de sentenças judiciais e despesas à conta de recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento, assim entendidas aquelas constantes no projeto de lei orçamentária cuja execução financeira, até 31 de dezembro de 2024, já tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do valor contratado.

Seção VI
Das Disposições Relativas às Emendas ao Projeto de Lei de Orçamento

Art. 32. Toda e qualquer emenda ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, deverá ser compatível com os programas e objetivos da Lei nº 4.341/2021 - Plano Plurianual 2022/2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, a emenda que resulte na diminuição das programações das despesas com pessoal e encargos sociais e com o serviço da dívida.

§ 2º Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com as diretrizes orçamentárias estabelecidas por esta Lei:
I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos gastos mínimos constitucionalmente previstos para a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;
II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;
III – as emendas que reduzirem o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais e voluntárias da União e/ou do Estado.
IV – as emendas que reduzirem em mais de 1 % o montante destinado para despesas de conservação do patrimônio público e para os projetos arrolados no Anexo IV desta Lei.

§ 3º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes.

Seção VII - Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas

Subseção I - Das Subvenções Econômicas

Art. 33. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar no 101/2000.

§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal no 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o caput somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o caput deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação 60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos" e no elemento de despesa 45 – Subvenções Econômicas.

Art. 34. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica e serão executadas na modalidade de aplicação 90 – Aplicações Diretas e no elemento de despesa 48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas.

Subseção II - Das Subvenções Sociais

Art. 35. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. As subvenções que se destinarem à cobertura de déficits de funcionamento das entidades mencionadas no caput deverão ser autorizadas por lei específica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Subseção III - Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 36. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham (pelo menos) uma das seguintes condições:

I – estejam autorizadas em lei específica, que identifique expressamente a entidade beneficiária;
II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária; ou
III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Art. 37. A alocação de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos, a título de contribuições de capital, fica condicionada à autorização em lei especial anterior de que trata o art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964.

Subseção IV - Dos Auxílios

Art. 38. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, que dependa da abertura de crédito adicional especial, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica ou educação especial;
II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;
III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;
IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;
V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;
VI - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015;
VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; e
VIII - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:
a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;
b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

§ 1º No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção V - Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 39. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:
I – execução da despesa na modalidade de aplicação 50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos;
II – estar regularmente constituída, assim considerado:
a) no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;
b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III – ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;
IV – inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição
V – não ter como dirigente pessoa que:
a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;
c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

VI – formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único. Caberá a Coordenadoria Técnica de Contabilidade da Secretaria Municipal da Fazenda, Planejamento e Orçamento, verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 40. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 41. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo único. Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:

I – nome e CNPJ da entidade;
II – nome, função e CPF dos dirigentes;
III – área de atuação;
IV – endereço da sede;
V – data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;
VI – valores transferidos e respectivas datas.

Art. 42. As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 43. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:
I – depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;
II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

Parágrafo único. Quando convier, entender-se-á a possibilidade de pagamento e poderá ocorrer a realização de pagamentos mediante transferência bancária, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Art. 44. Não se aplicam a disposições desta seção os recursos entregues a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, nos termos regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2017.

Seção VIII - Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 45. Observado o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores àquele adotado para correção dos parcelamentos de dívida junto ao fisco municipal, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;
II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;
III - formalização de contrato;
IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:
I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;
II - integrem as cadeias produtivas locais;
III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;
IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros.

§ 2º Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o caput deste artigo.

§ 3º As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 46. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 47. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 48. No exercício de 2025, a concessão de vantagens, aumento de remuneração, criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos Poderes Executivo e Legislativo, compreendidas as entidades mencionadas no art. 6º dessa Lei, deverão obedecer às disposições deste capítulo e, no que couber, a Lei Complementar nº 101/2000.

Parágrafo único. Todas as unidades gestoras deverão ter como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de agosto de 2024, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais com efeito financeiro no próximo exercício, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o crescimento vegetativo.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

Art. 49. Para fins dos limites previstos no art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b” da Lei Complementar nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverá observar, no que couber e conforme as peculiaridades de cada caso, as diretrizes traçadas pela normatização do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. No caso dos contratos, parcerias, convênios e demais ajustes celebrados pelos órgãos e entidades mencionados no art. 6º desta Lei, que eventualmente se refiram à substituição de servidores, para que estas despesas, quando for o caso, possam ser contabilizadas como “Outras Despesas de Pessoal”, nos moldes previstos pelo §1º do art. 18 da Lei Complementar nº 101/2000, os valores respectivos, incluídos os encargos, relacionados diretamente com o objeto do ajuste, devem contar com individualização nos instrumentos e/ou nas planilhas de custo que os integram, bem como, sempre que possível, nos documentos fiscais relacionados.

Art. 50. Em cumprimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 51. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16, 17 e 21 do referido diploma legal, fica autorizado para:

I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;
II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;
III – prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;
IV – prover cargos em comissão e funções de confiança.

§ 1º Também estão autorizadas as seguintes ações, relacionadas com a política de pessoal da Administração Municipal:

I - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;
II - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;
III - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte e segurança no trabalho.

§ 2º No caso dos incisos I, II, III e IV do Caput, as exposições de motivos dos projetos de lei ou, quando for o caso, os procedimentos administrativos correspondentes, deverão demonstrar, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, as seguintes informações:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se, no mínimo por grupo de natureza de despesa, os valores a serem acrescidos nas despesas com pessoal e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;
II - declaração do ordenador de despesa de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e as categorias de programação da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 3º As estimativas de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas para o aumento dos gastos com pessoal, terão validade de 04 (quatro) meses contados da data da sua elaboração, devendo tais documentos ser reelaborados na hipótese de não ser praticado, dentro deste prazo, o ato que resulte aumento da despesa com pessoal,

§ 4º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 5º Os atos que provoquem aumento da despesa de que tratam os incisos I, II, III e IV do Caput serão considerados nulos de pleno direito, caso praticados sem o atendimento das disposições dos incisos I e II do § 2º deste artigo.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

§ 6º As disposições deste capítulo aplicam-se no que couber às proposições legislativas relacionadas com o aumento de gastos com pessoal, inclusive de cunho indenizatório, que não poderão conter dispositivo com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma.

§ 7º As disposições do §2º não se aplicam aos atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório bem como as despesas irrelevantes, até o valor estabelecido no art. 15, § 2º desta lei.

Art. 52. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I – as situações de emergência ou de calamidade pública;
II – as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;
III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal ou de quem por ele delegado.

CAPÍTULO VII
DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 53. As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal.

Art. 54. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 58, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 55. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, e conceder descontos pela antecipação do pagamento, devendo esses eventos ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de qualquer desoneração que importe renúncia fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerada na estimativa da receita, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:
a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;
b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3º Não se sujeitam às regras do §1º:

I - a homologação de pedidos de concessão de incentivos ou benefícios apresentados com base na legislação municipal preexistente;
II – a concessão de incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 1 (um) % da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2025.
III – os incentivos ou benefícios de natureza tributária ou não tributária concedidos de acordo com as disposições do art.65, § 1º, III, da Lei

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

Complementar nº 101/2000.

Art. 56. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 57. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União e/ou Estado, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico-social.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o caput deste artigo.

Art. 58. Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, Planejamento e Orçamento, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 59. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e o art. 58, III, da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 60. Fica facultado ao Poder Executivo publicar no órgão oficial de imprensa, de forma simplificada, a Lei Orçamentária Anual bem como as leis e os decretos de abertura dos créditos adicionais.

Art. 61. Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no caput consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, ações, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 62. Fica alterada a Lei nº 4.341/2021, que dispõe sobre o Plano Plurianual de 2022 a 2025, com as seguintes supressões, acréscimos e alterações de nomenclatura:

Órgão 12 - Secretaria Municipal da Família, Cidadania e Assistência Social - SMFCAS
Ação 1450 - Construção da Casa do Bem
Ação 1451 - Construção do CRAS Annita
Ação 1452 - Construção do CREAS TRAVESSIAS
Ação 2524 - Família Acolhedora - PSE/AC
Ação 2525 - Acolhida em Domicílio Subsidiado à Pessoa Idosa - PSE/AC
Ação 2526 - Centro Dia - PSE/MC
Ação 2527 - Promoção Social e Cidadania

Órgão 13 - Secretaria Municipal da Saúde - SMS
Ação 1448 - Obras, Reformas e Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para CAPS III
Ação 1449 - Obras, Reformas e Aquisição de Equipamentos e Mobiliários para CEREST
Ação 2521 - Manutenção de Alimentação e Nutrição - Atenção Básica
Ação 2522 - Manutenção de Amamentação e Alimentação - Atenção Básica
Ação 2523 - Manutenção da Saúde Bucal e Centro Especializado de Odontologia (CEO) - Atenção Básica

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Gabinete do Prefeito

Órgão 11 – Secretaria Municipal de Educação – SMED
Ação 2528 - Escola de Tempo Integral

Art. 63. Ficam incluídas na Lei nº 4.341/2021, as metas físicas previstas nos anexos da presente Lei.

Art. 64. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

LUIZ ZAFFALON,
Prefeito Municipal.
Registre-se e Publique-se.

GUSTAVO CAVALHEIRO,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Gravataí (IPG)

Portaria

Portaria 231/2024, de 04/12/2024

Concede Férias - IPG

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Gravataí (IPG)

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Gravataí
Rua Adolfo Inácio Barcelos, 783 - Salas 501 e 601 - CEP 94010-200 - Gravataí/RS
Fone/Fax: (51) 3488-4566/3490-6862/3488-4588
CNPJ: 01.455.352/0001-02

PORTARIA IPG N° 231/2024

CONCEDE FÉRIAS

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Gravataí, no uso das suas atribuições legais conferidas pela Lei nº 3.587/15 e de acordo com o artigo 62 da Lei Orgânica do Município e o § 2º do artigo 105 da Lei n° 681/91;

RESOLVE:

Conceder férias ao servidor MATEUS SOUZA DA LUZ, matrícula nº 95458603, Técnico em informática, com período de gozo de 06 de dezembro de 2024 a 17 de dezembro de 2024, perfazendo 12 dias relativos ao período aquisitivo de 03/07/2022 a 02/07/2023, restando saldo de 18 dias a serem gozados posteriormente.

COMUNIQUE-SE E PUBLIQUE-SE.

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Rafael Schwanck Evaldt
Diretor-Presidente
Decreto Municipal 19.940/2022

Rua Adolfo Inácio Barcelos, 783 - Salas 501 e 601 - CEP 94010-200 - Gravataí/RS
Fone/Fax: (51) 3488-4566/3490-6862/3488.4588
CNPJ: 01.455.352/0001-02

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Outros

Outros 6096/2024, de 04/12/2024

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Gravataí (IPG)

Termo de Homologação - Dispensa (IPG) 06/2024 (Disp Eletrônica 04/2024)

Conforme anexo.

Outros 6125/2024, de 04/12/2024

Extrato do Aditivo 01-24 (Convênio IPG X ASPECIR) - Consignados

EXTRATO DO ADITIVO Nº 01/2024 DO CONVÊNIO 003/2023 - IPG X ASPECIR

Renovação: Primeira, fundamentada no Art. 57, inciso IV, da Lei 8.666/93
Interveniente: IPG - Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Gravataí
Concedente: ASPECIR – SOCIEDADE CRÉDITO AO MICROEMPREENDEDOR E À EMPRESA DE PEQUENO PORTE LTDA
CNPJ da Concedente: 05.289.612/0001-60
Objeto: Operacionalização de programa de crédito pessoal aos servidores, disponibilizando empréstimos financeiros, financiamento de bens de consumo, concessão de cartão de crédito ou qualquer modalidade de crédito legítima aprovada pelo Banco Central do Brasil, aos servidores ativos do Interveniente e aos inativos e pensionistas do Município de Gravataí vinculados ao Interveniente, mediante consignação em folha de pagamento, com taxas de juros inferiores às normalmente praticadas no mercado financeiro, cujas contraprestações mensais não poderão exceder ao limite estabelecido pela legislação vigente.
Valor: Convênio não gera despesas ao Instituto.
Vigência: 12 meses a partir de 09/10/2024

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Gravataí (RS), 04 de dezembro de 2024.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE GRAVATAÍ
RAFAEL SCHWANCK EVALDT
Diretor-Presidente
Decreto 19.940/2022
Interveniente

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

Portaria

Portaria 7348/2024, de 02/12/2024

Designa, em substituição, Diretora de Departamento (Pedagógico) da SMED.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GRAVATAÍ, no uso de suas atribuições, de acordo com o art. 58 da Lei Orgânica do Município, de acordo com a Lei Municipal nº 4.480/2022, e por solicitação do Processo nº 158.583/2024,

R E S O L V E:

Designar a servidora municipal estatutária PATRÍCIA TEIXEIRA BUHLER, matrícula nº 15340-1, para a Função Gratificada de Diretora de Departamento (Pedagógico), FG-4, da Secretaria Municipal da Educação, no período de 25 a 29 de novembro de 2024, durante as férias da servidora Darieni Costa Faria.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 02 de dezembro de 2024.

LUIZ ZAFFALON,
Prefeito Municipal.

Portaria 7382/2024, de 04/12/2024

Exonera, a pedido, de cargo efetivo.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/17, de acordo com o artigo 46 da Lei nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 161.297/2024,

R E S O L V E:

Exonerar do cargo de Médico da ESF, a pedido e a contar de 03 de dezembro de 2024, o servidor municipal estatutário RAUL SANTOS BITTENCOURT, matrícula nº 40768-1, lotado na SMS, admitido em 19 de dezembro de 2022.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Portaria 7383/2024, de 04/12/2024

Concede Licença por motivo de doença em pessoa da família.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 161.250/2024,

R E S O L V E:

Conceder à servidora municipal GISELE AGOSTINI, matrícula nº 33781-1, lotada na SMED, no cargo de Professora de Educação Infantil, 05 (cinco) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família a contar de 02 de dezembro de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Portaria 7384/2024, de 04/12/2024

Concede Licença por motivo de doença em pessoa da família.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 161.659/2024,

R E S O L V E:

Conceder à servidora municipal BRUNA BARCELLOS, matrícula nº 42231-1, lotada na SMS, no cargo de Fisioterapeuta, 15 (quinze) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família a contar de 23 de novembro de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Portaria 7386/2024, de 04/12/2024

Concede diária.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 155.876/2024,

R E S O L V E:

Conceder ½ (meia) diária ao servidor municipal LINCOLN SCHEFFER BEHENCK, matrícula nº 31413-1, lotado na SMFCAS, no cargo de Agente Administrativo II, item D, por transportar acolhido e equipe técnica do Abrigo Residencial Girassol até Torres/RS, com saída às 17h10min e retorno às 23h do dia 14 de novembro de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Portaria 7387/2024, de 04/12/2024

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

Concede diária.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 155.901/2024,

R E S O L V E:

Conceder ½ (meia) diária ao servidor municipal LINCOLN SCHEFFER BEHENCK, matrícula nº 31413-1, lotado na SMFCAS, no cargo de Agente Administrativo II, item D, por buscar acolhido do Abrigo Residencial Girassol em visita familiar em Torres/RS, com saída às 07h10min e retorno às 13h47min do dia 18 de novembro de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Portaria 7388/2024, de 04/12/2024

Concede diária.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 156.363/2024,

R E S O L V E:

Conceder ½ (meia) diária ao servidor municipal FILIPE NEGREIROS FERREIRA, matrícula nº 31409-1, lotado na SMFCAS, no cargo de Motorista, item D, por buscar acolhido de abrigo municipal em visita domiciliar a familiares em Caxias do Sul/RS, com saída às 13h30min e retorno às 19h30min do dia 14 de julho de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

Portaria 7389/2024, de 04/12/2024

Concede diária.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 154.363/2024,

R E S O L V E:

Conceder ½ (meia) diária ao servidor municipal LUCAS JUNIOR MENDES PIRES, matrícula nº 38083-1, lotado na SMS, no cargo de Motorista, item D, por buscar paciente com alta hospitalar em Camaquã/RS, com saída às 8h10min e retorno às 13h30min do dia 17 de novembro de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Portaria 7390/2024, de 04/12/2024

Concede diária.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 155.367/2024,

R E S O L V E:

Conceder ½ (meia) diária à servidora municipal NOELI PEREIRA FORTES, matrícula nº 41516-1, lotada na SMS, no cargo de Técnica em Enfermagem, item D, para realizar capacitação com a equipe do CEREST no município de Palmares do Sul/RS, com saída às 8h35min e retorno às 18h35min do dia 27 de novembro de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Portaria 7391/2024, de 04/12/2024

Concede diária.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 154.294/2024,

R E S O L V E:

Conceder ½ (meia) diária ao Conselheiro Municipal da Saúde PAULO DAISON DE ALMEIDA CORREIA, item D, para participar de visita técnica juntamente com a equipe do CEREST em Palmares do Sul/RS, com saída às 8h e retorno às 18h do dia 27 de novembro de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Portaria 7392/2024, de 04/12/2024

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

Concede diárias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 156.323/2024,

R E S O L V E:

Conceder 4 e ½ (quatro e meia) diárias à servidora municipal FERNANDA VIEIRA, matrícula nº 32734-1, lotada na SMS, no cargo de Agente Administrativo II, item D, para participar da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, em Brasília/DF, com saída às 6h do dia 09 de dezembro e retorno às 21h do dia 13 de dezembro de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Portaria 7393/2024, de 04/12/2024

Concede diárias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 156.211/2024,

R E S O L V E:

Conceder 4 (quatro) diárias ao servidor municipal SERGIO LUIZ SOARES FIGUEIRA, matrícula nº 18902-1, lotado na SMS, no cargo de Enfermeiro, item C, para participar da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, em Brasília/DF, com saída às 13h15min do dia 09 de dezembro e retorno às 14h05min do dia 13 de dezembro de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

Portaria 7394/2024, de 04/12/2024

Concede diárias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 155.636/2024,

R E S O L V E:

Conceder 5 (cinco) diárias ao Conselheiro Municipal da Saúde JAIME BRAZ BIANCHIN ZIEGLER, item D, para participar da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, em Brasília/DF, com saída às 14h do dia 09 de dezembro e retorno às 12h do dia 14 de dezembro de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Portaria 7395/2024, de 04/12/2024

Concede diárias.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 156.330/2024,

R E S O L V E:

Conceder 4 e ½ (quatro e meia) diárias à Conselheira Municipal da Saúde MARIZA TAVARES DUARTE, item D, para participar da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, em Brasília/DF, com saída às 15h do dia 09 de dezembro e retorno às 21h do dia 13 de dezembro de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Portaria 7396/2024, de 04/12/2024

Concede diárias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 156.358/2024,

R E S O L V E:

Conceder 4 e ½ (quatro e meia) diárias à Conselheira Municipal da Saúde JOICENARA DIAS VIEIRA, item D, para participar da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, em Brasília/DF, com saída às 9h do dia 09 de dezembro e retorno às 21h do dia 13 de dezembro de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Portaria 7397/2024, de 04/12/2024

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

Concede diárias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 156.504/2024,

R E S O L V E:

Conceder 4 e ½ (quatro e meia) diárias à servidora municipal PATRICIA AIROLDI KOLODSIEJSKI, matrícula nº 41293-1, lotada na SMS, no cargo de Agente de Combate a Endemias, item D, para participar da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, em Brasília/DF, com saída às 15h do dia 09 de dezembro e retorno às 21h do dia 13 de dezembro de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

Portaria 7398/2024, de 04/12/2024

Concede diárias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E TRANSPARÊNCIA, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto nº 15.872/2017, conforme art. 134 da Lei Municipal nº 681/91, e por solicitação do Processo nº 156.370/2024,

R E S O L V E:

Conceder 4 e ½ (quatro e meia) diárias ao Conselheiro Municipal da Saúde GIANCARLOS TURELLI WOLL, item D, para participar da 4ª Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde, em Brasília/DF, com saída às 15h do dia 09 de dezembro e retorno às 23h do dia 13 de dezembro de 2024.

COMUNIQUE-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL, em Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

Gustavo Cavalheiro,
Secretário Municipal da Administração,
Modernização e Transparência.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

Outros

Outros 6126/2024, de 04/12/2024

Publicação de extratos de aditivos, apostilamentos, contratos e atas no período de 28/11/2024 a 04/12/2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

EXTRATO DA ARP Nº 759/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 759/2024 – **Contratada:** WE COMERCIO DE PRODUTOS E UTILIDADES DOMESTICAS EIRELI - **CNPJ:** 30.986.684/0001-03 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 183/2024 – **Objeto:** aquisição de ferramentas e materiais para sinalização de trânsito. **-** **Data da Assinatura:** 03/12/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 762/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 762/2024 – **Contratada:** ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA - **CNPJ:** 00.802.002/0001-02 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 186/2024 – **Objeto:** aquisição de mobiliário de uso hospitalar. **-** **Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 763/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 763/2024 – **Contratada:** M. CARREGA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - **CNPJ:** 32.593.430/0001-50 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 186/2024 – **Objeto:** aquisição de mobiliário de uso hospitalar. **-** **Data da Assinatura:** 26/11/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 764/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 764/2024 – **Contratada:** MED4 IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA LTDA - **CNPJ:** 42.227.547/0001-74 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 186/2024 – **Objeto:** aquisição de mobiliário de uso hospitalar. **-** **Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 765/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 765/2024 – **Contratada:** MADU MFM MOBILIARIO TECNICO LTDA - **CNPJ:** 35.047.310/0001-46 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 186/2024 – **Objeto:** aquisição de mobiliário de uso hospitalar. **-** **Data da Assinatura:** 26/11/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 767/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 767/2024 – **Contratada:** METALIC MEDICAL PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP - **CNPJ:** 05.788.117/0001-03 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 186/2024 – **Objeto:** aquisição de mobiliário de uso hospitalar. **-** **Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 768/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 768/2024 – **Contratada:** MEDMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES EIRELI - **CNPJ:** 34.064.557/0001-08 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 186/2024 – **Objeto:** aquisição de mobiliário de uso hospitalar. **-** **Data da Assinatura:** 03/12/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 769/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 769/2024 – **Contratada:** IRM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA - **CNPJ:** 48.670.007/0001-47 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 186/2024 – **Objeto:** aquisição de mobiliário de uso hospitalar. **-** **Data da Assinatura:** 26/11/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 770/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 770/2024 – **Contratada:** ROSSI PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - **CNPJ:** 00.072.182/0001-06 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 211/2024 – **Objeto:** aquisição de materiais laboratoriais. **-** **Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 771/2024

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 771/2024 – **Contratada:** PRIORITTA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - **CNPJ:** 29.700.587/0001-23 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 211/2024 – **Objeto:** aquisição de materiais laboratoriais. **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 772/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 772/2024 – **Contratada:** 3M REPRESENTACOES COMERCIAIS EIRELI - **CNPJ:** 41.263.941/0001-03 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 211/2024 – **Objeto:** aquisição de materiais laboratoriais. **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 773/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 773/2024 – **Contratada:** CIRURGICA LAJEADENSE LTDA - **CNPJ:** 21.112.395/0001-94 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 211/2024 – **Objeto:** aquisição de materiais laboratoriais. **- Data da Assinatura:** 03/12/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 774/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 774/2024 – **Contratada:** LICITASUL MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA - **CNPJ:** 12.971.019/0001-64 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 217/2024 – **Objeto:** aquisição de pilhas, baterias e carregadores. **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 775/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 775/2024 – **Contratada:** ROSSI PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - **CNPJ:** 00.072.182/0001-06 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 217/2024 – **Objeto:** aquisição de pilhas, baterias e carregadores. **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 776/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 776/2024 – **Contratada:** ORS ELETROELETRÔNICA E TELECOMUNICAÇÕES EIRELI – ME - **CNPJ:** 07.696.901/0001-09 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 217/2024 – **Objeto:** aquisição de pilhas, baterias e carregadores. **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 777/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 777/2024 – **Contratada:** IRENE DE OLIVEIRA - **CNPJ:** 44.010.279/0001-60 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 217/2024 – **Objeto:** aquisição de pilhas, baterias e carregadores. **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 778/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 778/2024 – **Contratada:** CASA DE CARNES VIAMAO LTDA - **CNPJ:** 90.357.708/0001-97 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 235/2024 – **Objeto:** aquisição de perecíveis (carnes). **- Data da Assinatura:** 03/12/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 779/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 779/2024 – **Contratada:** RIBA - DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA - **CNPJ:** 00.141.502/0002-13 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 235/2024 – **Objeto:** aquisição de perecíveis (carnes). **- Data da Assinatura:** 03/12/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 780/2024

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 780/2024 – **Contratada:** DR ROCHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - **CNPJ:** 23.334.784/0001-90 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 228/2024 – **Objeto:** aquisição de materiais diversos. **- Data da Assinatura:** 03/12/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 782/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 782/2024 – **Contratada:** DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS IVOTI LTDA - **CNPJ:** 48.715.118/0001-22 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 228/2024 – **Objeto:** aquisição de materiais diversos. **- Data da Assinatura:** 03/12/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 783/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 783/2024 – **Contratada:** AGROFORTE COMERCIAL AGROPECUARIA LTDA - **CNPJ:** 94.780.178/0001-46 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 196/2024 – **Objeto:** aquisição de sementes, mudas, utensílios de jardinagem e ferramentas. **- Data da Assinatura:** 03/12/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 784/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 784/2024 – **Contratada:** BC AGRO COMERCIO LTDA - **CNPJ:** 29.220.447/0001-58 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 196/2024 – **Objeto:** aquisição de sementes, mudas, utensílios de jardinagem e ferramentas. **- Data da Assinatura:** 03/12/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 786/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 786/2024 – **Contratada:** LACTUS AGRO LTDA - **CNPJ:** 36.999.783/0001-06 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 196/2024 – **Objeto:** aquisição de sementes, mudas, utensílios de jardinagem e ferramentas. **- Data da Assinatura:** 04/12/2024.

EXTRATO DA ARP Nº 787/2024

Extrato da Ata de Registro de Preço Nº 787/2024 – **Contratada:** DR ROCHA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - **CNPJ:** 23.334.784/0001-90 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 196/2024 – **Objeto:** aquisição de sementes, mudas, utensílios de jardinagem e ferramentas. **- Data da Assinatura:** 04/12/2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 06 DO CEO Nº 011/2023

Extrato de Aditivo Nº 06 do Contrato de Empreitada de Obra Nº 011/2023 – **Contratada**: ELO CONSTRUÇÕES E INSTALAÇÕES LTDA – **CNPJ:** 21.440.933/0001-70 - **Licitação:** Concorrência Pública nº 004/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CEO Nº 018/2024

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Empreitada de Obra Nº 018/2024 – **Contratada**: NORTE SUL GESTAO INTELIGENTE LTDA – **CNPJ:** 36.522.350/0001-65 - **Licitação:** Dispensa nº 122/2024 – **Objeto:** ACRÉSCIMO **- Data da Assinatura:** 25/10/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 02 DO CEO Nº 018/2024

Extrato de Aditivo Nº 02 do Contrato de Empreitada de Obra Nº 018/2024 – **Contratada**: NORTE SUL GESTAO INTELIGENTE LTDA – **CNPJ:** 36.522.350/0001-65 - **Licitação:** Concorrência Pública nº 011/2024 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 04 DO CLOC Nº 003/2020

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

Extrato de Aditivo Nº 04 do Contrato de Locação Nº 003/2020 – **Contratada**: MARIANI GOMES SCHONARDIE – **CPF:** 562.804.750-34 - **Licitação:** Dispensa nº 254/2020 – **Objeto:** PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 04 DO CLOC Nº 003/2020

Extrato de Aditivo Nº 04 do Contrato de Locação Nº 003/2020 – **Contratada**: NELSON ROBERT SCHONARDIE – **CPF:** 688.774.200-49 - **Licitação:** Dispensa nº 254/2020 – **Objeto:** PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 013/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 013/2023 – **Contratada:** MARNON IANSEN VIANA – **CPF:** 027.820.540-23 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 211/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 29/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 014/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 014/2023 – **Contratada:** JACKSON FELIPE REIS – **CPF:** 008.847.200-04 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 220/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 26/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 018/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 018/2023 – **Contratada:** THAMYS DA ROSA QUADROS – **CNPJ:** 46.421.030/0001-72 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 212/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 019/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 019/2023 – **Contratada:** MARLISE ALVES DAMIN – **CNPJ:** 24.436.133/0001-73 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 213/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 26/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 022/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 022/2023 – **Contratada:** JOANA CLAUDETE SUDATI – **CNPJ:** 52.659.001/0001-46 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 216/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 023/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 023/2023 – **Contratada:** FRANCESCO LINO DOS SANTOS FOCHESATO - F.F. CINEMATOGRAFIA – **CNPJ:** 42.612.469/0001-21 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 217/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 024/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 024/2023 – **Contratada:** GUILHERME D CARLOTTO - TELLART FILMS – **CNPJ:** 34.851.301/0001-40 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 218/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 025/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 025/2023 – **Contratada:** SILVANA PEREIRA MACIEL – **CNPJ:**

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

39.692.582/0001-50 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 219/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 026/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 026/2023 – **Contratada**: SOCIEDADE CULTURAL E BENEFICENTE ACADEMICOS DE GRAVATAI - ACADEMICOS DE GRAVATAI – **CNPJ:** 91.337.329/0001-06 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 221/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 027/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 027/2023 – **Contratada**: GISELE FLORENCIO – **CNPJ:** 22.442.485/0001-06 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 222/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 26/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 028/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 028/2023 – **Contratada**: GUILHERME POLICASTRO DE ASSIS – **CNPJ:** 41.328.149/0001-81 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 223/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 031/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 031/2023 – **Contratada:** BIBIANA ROCHA DA SILVA – **CNPJ:** 52.623.846/0001-81 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 229/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 032/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 032/2023 – **Contratada:** SOCIEDADE CULTURAL E BENEFICENTE ACADEMICOS DE GRAVATAI - ACADEMICOS DE GRAVATAI – **CNPJ:** 91.337.329/0001-06 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 230/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 033/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 033/2023 – **Contratada:** AMILTON RITZEL PEREIRA – **CNPJ:** 13.311.560/0001-09 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 231/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 036/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 036/2023 – **Contratada:** SILVANA PEREIRA MACIEL – **CNPJ:** 39.692.582/0001-50 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 234/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 038/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 038/2023 – **Contratada:** MARLISE ALVES DAMIN – **CNPJ:** 24.436.133/0001-73 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 236/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 26/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 040/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 040/2023 – **Contratada:** SAIMON VIEIRA KOVALSKY – **CNPJ:** 33.869.718/0001-78 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 238/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 041/2023

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 041/2023 – **Contratada:** GUILHERME POLICASTRO DE ASSIS – **CNPJ:** 41.328.149/0001-81 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 239/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 042/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 042/2023 – **Contratada:** CLAUDIOMIRO GOULART DOS SANTOS – **CPF:** 621.490.910-20 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 240/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 043/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 043/2023 – **Contratada:** ASSOCIACAO DE PRESERVACAO DA NATUREZA VALE DO GRAVATAI-APN VALE DO GRAVATAI – **CNPJ:** 90.792.144/0001-10 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 241/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 044/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 044/2023 – **Contratada:** RAFAEL DOS SANTOS RODRIGUES – **CNPJ:** 36.718.911/0001-04 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 242/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 045/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 045/2023 – **Contratada:** SERGIO ANDRE ALVES DA SILVA – **CNPJ:** 15.738.023/0001-75 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 243/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 26/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 046/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 046/2023 – **Contratada:** L. C. VILANOVA & CIA LTDA – **CNPJ:** 16.714.678/0001-76 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 244/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 047/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 047/2023 – **Contratada:** ASSOCIACAO CULTURAL NOSSAS RAIZES-GRUPO DE CAPOERIA NOSSAS RAIZES – **CNPJ:** 51.300.955/0001-03 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 245/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 29/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 048/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 048/2023 – **Contratada:** MAURO GERHARDT CAMBOIM – **CPF:** 020.932.560-70 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 246/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 26/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 051/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 051/2023 – **Contratada**: ADELA TERESA BALSAMO ARMANDO – **CPF:** 261.597.160-34 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 249/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 052/2023

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 052/2023 – **Contratada**: ANDRE DA SILVA NOBRE – **CNPJ:** 52.052.098/0001-24 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 250/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 053/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 053/2023 – **Contratada:** LUIZ INÁCIO DE OLIVEIRA – **CPF:** 612.878.300-72 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 251/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 26/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPC Nº 054/2023

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Projeto Cultural Nº 054/2023 – **Contratada:** LUIS CLAITON MANFRO SCHINOFF – **CPF:** 479.542.800-04 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 252/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 26/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 04 DO CPS Nº 001/2021

Extrato de Aditivo Nº 04 do Contrato de Prestação de Serviços Nº 001/2021 – **Contratada**: MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA - **CNPJ:** 02.207.800/0001-03 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 226/2020 – **Objeto:** PRORROGAÇÃO DE PRAZO **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 09 DO CPS Nº 001/2021

Extrato de Apostilamento Nº 09 do Contrato de Prestação de Serviços Nº 001/2021 – **Contratada**: MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA - **CNPJ:** 02.207.800/0001-03 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 226/2020 – **Objeto:** DOTAÇÃO **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPS Nº 003/2024

Extrato de Aditivo Nº 01 do Contrato de Prestação de Serviços Nº 003/2024 – **Contratada:** LINLEX TRANSPORTES LTDA - **CNPJ:** 09.232.154/0001-83 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 474/2024 – **Objeto:** ACRÉSCIMO **- Data da Assinatura:** 26/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 06 DO CPS Nº 012/2023

Extrato de Aditivo Nº 06 do Contrato de Prestação de Serviços Nº 012/2023 – **Contratada**: ARPROS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA - **CNPJ:** 42.81.341/0001-89 - **Licitação:** Tomada de Preços nº 006/2023 – **Objeto:** PRAZO, ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 05 DO CPS Nº 048/2023

Extrato de Apostilamento Nº 05 do Contrato de Prestação de Serviços Nº 048/2023 – **Contratada:** RENOVARE BR ASSESSORIA, SERVIÇOS, SOLUÇÕES E COMÉRCIO LTDA - **CNPJ:** 00.695.978/0001-15 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 100/2023 – **Objeto:** DOTAÇÃO **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 04 DO CPS Nº 065/2020

Extrato de Aditivo Nº 04 do Contrato de Prestação de Serviços Nº 065/2020 – **Contratada**: STARK ENERGIA - **CNPJ:** 17.324.394/0001-36 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 149/2020 – **Objeto:** PRORROGAÇÃO DE PRAZO **- Data da Assinatura:** 29/11/2024.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 02 DO CPS Nº 128/2022

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município

Edição Nº 2381 - Ordinária

Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

Extrato de Apostilamento Nº 02 do Contrato de Prestação de Serviços Nº 128/2022 – **Contratada:** SINAWAY COMÉRCIO DE SINALIZAÇÕES LTDA - **CNPJ:** 09.640.272/0001-20 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 233/2022 – **Objeto:** REAJUSTE **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 03 DO CPS Nº 143/2022

Extrato de Apostilamento Nº 03 do Contrato de Prestação de Serviços Nº 143/2022 – **Contratada:** PROCERGS – CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A. - **CNPJ:** 87.124.582/0001-04 - **Licitação:** Dispensa nº 590/2022 – **Objeto:** REAJUSTE **- Data da Assinatura:** 26/11/2024.

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01 DO CPS Nº 158/2023

Extrato de Apostilamento Nº 01 do Contrato de Prestação de Serviços Nº 158/2023 – **Contratada:** PERSONAL NET TECNOLOGIA DE INFORMACAO LTDA - **CNPJ:** 09.687.900/0002-04 - **Licitação:** Dispensa nº 383/2023 – **Objeto:** PRAZO **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 10 DO CPS Nº 166/2022

Extrato de Apostilamento Nº 10 do Contrato de Prestação de Serviços Nº 166/2022 – **Contratada**: MECANICAPINA LIMPEZA URBANA LTDA - **CNPJ:** 02.207.800/0001-03 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 226/2020 – **Objeto:** DOTAÇÃO **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DO CCV Nº 009/2024

Extrato do Contrato de Compra e Venda Nº 009/2024 – **Contratada**: LICITIMAX LTDA - **CNPJ:** 53.672.641/0001-59 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 201/2024 – **Objeto:** aquisição de máquinas de costura Singer, modelo Facilita Pro. **- Data da Assinatura:** 27/11/2024.

EXTRATO DO CEO Nº 027/2024

Extrato do Contrato de Empreitada de Obra Nº 027/2024 – **Contratada**: RIBEIRO E ANJOS EMPREENDIMENTOS E ENGENHARIA LTDA - **CNPJ:** 21.763.372/0001-40 - **Licitação:** Concorrência Pública nº 016/2024 – **Objeto:** Contratação de empresa de especializada na construção do Novo Ecoponto na Morada do Vale I. **- Data da Assinatura:** 29/11/2024.

EXTRATO DO CLOC Nº 002/2024

Extrato do Contrato de Locação Nº 002/2024 – **Contratada**: FILIPE ADAMATTI – **CPF:** 002.691.830-78 - **Licitação:** Inexigibilidade nº 204/2024 – **Objeto:** Locação de imóvel localizado na Rua Duque de Caxias, nº 77, parada 69, Gravataí/RS. Tem por finalidade manter as instalações da 2º Delegacia de Polícia. **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DO CPS Nº 092/2024

Extrato do Contrato de Prestação de Serviços Nº 092/2024 – **Contratada**: BARIÁTRICA BRASIL SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - **CNPJ:** 42.488.597/0001-05 - **Licitação:** Pregão Eletrônico nº 178/2024 – **Objeto:** Contratação de serviço de Telemedicina Clínica. **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

EXTRATO DO CPS Nº 093/2024

Extrato do Contrato de Prestação de Serviços Nº 093/2024 – **Contratada**: CLINICA SANTA THECLA SOCIEDADE SIMPLES LTDA - **CNPJ:** 88.577.952/0001-13 - **Licitação:** Chamamento Público nº 011/2024 – **Objeto:** Contratação de serviço de internação psiquiátrica. **- Data da Assinatura:** 28/11/2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Diário Oficial do Município
Edição Nº 2381 - Ordinária
Gravataí - Rio Grande do Sul, 4 de Dezembro de 2024

MUNICÍPIO DE GRAVATAI

Secretaria Municipal da Administração, Modernização e Transparência

Gravataí, 04 de dezembro de 2024.

GUSTAVO ÁVILA CAVALHEIRO
Secretário de Administração, Modernização e Transparência.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 04/12/2024 17:49 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE https://c.ipm.com.br/p050c635b8e67a.

Assinado digitalmente por:
LUANA LEWANDOSKI:76568466034
765.684.660-34
04/12/2024 17:49:24